

A LEI DE 3 DE FEVEREIRO

CARTA

Ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

B. N. L.

11004

Conselheiro Antonio Augusto Teixeira de Vasconcellos

Deputado da Nação,
Socio da Academia Real da Sciencias, da Academia de Madrid
e d'outras sociedades estrangeiras,
Grão Cruz de Izabel a Catholica, Commendador
e Cavalleiro da Ordem de Christo, etc. etc.

POR

JACINTHO CARNEIRO DE SOUSA E ALMEIDA

Representante e gerente da Sociedade Agua-Izê



FEVEREIRO 1876

Lallemant Frères, Typ. Lisboa

FORNECEDORES DA CASA DE BRAGANÇA

6, Rua do Thesouro Velho, 6

III.^{mo} e Ex.^{mo} Sr.

No seu jornal d'hontem deparei com um artigo, na secção que se inscreve — *livros e impressos* — a proposito do folheto que publiquei com o titulo — *Memorandum* — sobre a actual crise de S. Thomé, suas causas e seus effeitos.

Incita-me elle a tomar a liberdade de me dirigir por este meio a V. Ex.^a, e isto por duas rasões — porque é dever meu agradecer a V. Ex.^a a maneira delicada e amavel por que apreciou a exposição que me julguei obrigado de offerecer á consideração publica, e porque, respeitando profundamente a V.^a Ex.^a e sabendo quão poderoso concurso pôde prestar ás colonias no parlamento e na imprensa, julgo correr-me o dever de o esclarecer sobre uma questão que não é do interesse d'este ou d'aquelle mas de quantos amam, como V. Ex.^a, esta terra, que é nossa.

Não insistirei nos agradecimentos a V. Ex.^a pela

maneira urbana e cortez com que tratou o desprentencioso trabalho, que sujeitei á consideração do publico, porque não é já novidade para ninguem, n'esta terra, a constante delicadeza com que V. Ex.^a trata a todos, e receiaria por isso offender V. Ex.^a renovando os meus agradecimentos por uma cousa que V. Ex.^a faz mais por si do que pelos outros.

Sabem-o todos n'este paiz, que no maior ardor da lucta, V. Ex.^a, como os antigos cavalleiros, já-mais se esquece dos preceitos da mais peregrina cortezia.

Se alguém o duvidasse, convencer-se-hia facilmente lendo o seu estimado jornal.

E eu, pela minha parte, lembrando-me d'isto, esquecerei que sou proprietario em S. Thomé, e que n'esta qualidade estou soffrendo gravissimos prejuizos, para, com toda a imparcialidade e frieza d'animmo, conversar com V. Ex.^a sobre o estado d'aquella provincia e a ultima lei votada para ella pelo Parlamento de que V. Ex.^a é um dos mais brilhantes ornamentos.

No seu artigo d'hontem, diz V. Ex.^a «é natural que o tempo justifique a ultima resolução do parlamento sob proposta do governo, e que o signatario do folheto ainda venha a agradecer o que actualmente lhe desagrada tanto.»

Sabe V. Ex.^a que, na opinião do parlamento, e do governo, e na da imprensa que se fez echo d'estes, a ultima lei votada significa a extincção da condição servil em S. Thomé.

Sendo assim, perante o publico, que, naturalmente e com muito boas rasões, jurará nas palavras de V. Ex.^a, a mim e aos meus companheiros d'infortu-

nios *desagradou* muito a extincção da condição servil.

Ora, contra tão injusta presumpção, pretendi eu lutar e vejo que sem grande resultado, publicando diferentes cartas sobre este assumpto, no *Jornal do Commercio* d'esta cidade, e colligindo-as depois no folheto de que V. Ex.^a fez menção.

E como o não consegui até agora, de certo por que não soube tornar bem claro o meu pensamento, conceda-me V. Ex.^a que eu novamente, confiado no interesse que a V. Ex.^a merecem as colonias, de que é um dos mais dignos representantes, volte a precisar a minha maneira de vêr a respeito da lei de 3 do corrente mez.

Disse eu, apreciando a proposta, hoje lei de 3 d'este mez, «que ella era apenas um pretexto para «não se fazer outra qualquer coisa que demandasse trabalho e estudo, e podesse significar iniciativa do ministro e por isso tambem responsabilidade definida e exclusivamente sua». Isto emquanto á proposta apresentada pelo sr. ministro.

Com relação, porém, á lei de 29 de abril que esta proposta teve por fim pôr desde já em vigor, disse eu, «que era ella apenas um triste documento da «incuria, imprevidencia e ignorancia dos nossos homens publicos.

Perdoe-me V. Ex.^a a transcripção d'estas palavras, duras, por certo, se as applicar indistinctamente a qualquer dos nossos homens publicos, verdadeiras, porém, se tivermos em vista muitos dos homens que teem estado á testa do poder.

Em presença, porém, do que deixo transcripto, é evidente que me desagradou bastante a proposta.

do sr. ministro, convertida hoje na lei de 3 do corrente mez.

Mas acaso me desagradaria ella pelo motivo que V. Ex.^a deixa transparecer em todo o seu artigo?

Se V. Ex.^a examinar detidamente o meu *Memorandum*, e especialmente a paginas 45 e seguintes, creio que breve se convencerá de que é inteiramente oposto ao que V. Ex.^a imaginou, o motivo por que a lei de 3 do corrente mez me desagrada tanto.

Desagrada-me, porque longe de respeitar a liberdade do trabalhador como era de necessidade, vem prolongar para muitos a restricção d'essa liberdade, em quanto que a outros apenas a modifica ligeiramente.

Desagrada-me, porque restringindo, ainda, a liberdade do trabalhador, d'envolta com esta restringe a liberdade do agricultor.

Desagrada-me, porque, pedindo nós para o trabalhador e para o lavrador o direito commum, vem estabelecer por dois annos, e quiçá por quantos um direito especial que a todos tolhe sem proveito d'alguem.

Desagrada-me, porque, sendo hoje de difficilima applicação n'aquella provincia, exime o governo perante a opinião publica, que desgraçadamente não conhece as circumstancias d'ella, de qualquer outra medida com que, não só fizesse cessar os immensos prejuizos que dia a dia estamos soffrendo, senão tambem nos garantisse a segurança do futuro a que temos inquestionavel direito.

E, finalmente, desagradame, porque ella significa mais um indeferimento ao pedido que ha dez annos fazemos ao governo, da concessão da liberdade ao trabalhador mediante a liberdade do proprietario.

Aqui tem V. Ex.^a entre outras, as principaes

rasões por que me desagrada a proposta do sr. ministro que o parlamento converteu em lei.

E V. Ex.^a, que é dignissimo membro da commissão do ultramar da camara dos srs. deputados, sabe de certo que na propria commissão havia dois collegas de V. Ex.^a a quem ella não agradava em extremo,

Passou, porém, nas duas camaras, e hoje é lei do paiz, a que devemos sem duvida obediencia, mas a que nos é licito por certo fazer commentarios.

E, friamente analysada e á luz da hermeneutica, acceitará V. Ex.^a, cujo espirito liberal e justo ninguém ousa contestar, as consequencias que naturalmente derivam do confronto das suas disposições?

Julgo que não, e, não me leve V. Ex.^a isto a mal, por emquanto, convencido como estou de que, se não fosse o conceito errado que de nós se tem feito, a camara dos dignos pares do reino não teria, passando por cima das muito judiciosas considerações apresentadas pelo digno par, o Ex.^{mo} Sr. Manuel Vaz Preto Giraldes, rejeitado as emendas apresentadas por S. Ex.^a, e que tinham em vista tornar acceitavel, quanto possivel, a proposta do sr. ministro.

Sabe V. Ex.^a perfeitamente que depois do decreto de 29 d'abril de 1858, eram duas as classes dos trabalhadores, o *escravo*, que este decreto obrigára ainda ao serviço por 20 annos e o *liberto* que o decreto de 14 de dezembro de 1854 tinha creado, com a obrigação do serviço por 10 annos.

Gozava este, além da differença do tempo por que era obrigado ao serviço, d'outras vantagens que o tornavam uma entidade distincta do escravo, se não em face do *costume*, sancionado pelo assentimento tacito do governo d'aqui e das auctoridades

de lá, com certeza em face da lei que estabelecia a favor do liberto uma certa ordem de prerogativas que não cabiam ao escravo.

E tanto, em face da lei, eram duas entidades distintas, que o decreto de 25 de fevereiro de 1869 julgou de necessidade a conversão de todos os escravos em libertos.

Não me supponha, porém, V. Ex.^a em contradicção pelo que deixo dito, com o que escrevi a paginas 26 do *Memorandum*.

Perante a realidade dos factos eram na essencia uma e a mesma cousa.

Perante a lei, cumprida ella rigorosamente, eram duas entidades, com um ponto de contacto a *obrigação do serviço*, mas com immunidades distintas.

N'estes termos, eram sem duvida duas as condições servis, depois do decreto de 29 de abril de 1858, *liberto e escravo*.

Quando, pois, o decreto de 25 de fevereiro de 1869 acabou com o escravo, convertendo-o em liberto, sem alterar em cousa alguma o que se achava estabelecido com relação a este, tratou por ventura d'outra condição servil que não fosse a do escravo?

Evidentemente não, e facilmente V. Ex.^a se convencerá d'isto pela leitura do citado decreto que se encontra a paginas 87 do *Memorandum*.

Não importa, pois, que a portaria de 15 de outubro de 1870, que nem sequer viu a luz publica, interpretasse, segundo se diz, o citado decreto, como abrangendo as duas condições servis.

Que o fizesse ou não, perante o jurisconsulto e emquanto a carta constitucional fôr a lei fundamental do estado, o citado decreto comprehende apenas a condição servil, em que se encontravam os individuos que haviam sido escravos, e, nunca, em

cousa alguma, a condição servil dos individuos que foram sempre libertos.

Quando, pois, a lei de 29 de abril de 1875 estatuiu que, um anno depois da sua publicação, ficava extincta a condição servil designada no decreto com força de lei de 25 de Fevereiro de 1869, evidentemente quiz significar que os individuos a que esse decreto se referiu, ficavam livres nos termos da lei, e não, que os individuos de que esse decreto não curou, e que são os libertos considerados taes pelo decreto de 14 de dezembro de 1854 e lei de 24 de julho de 1856, ficavam da mesma forma livres por força d'essa lei.

E nem se diga que, tendo sido extincta essa condição servil, chamada *escravo*, a lei evidentemente quiz referir-se a outra, porque, a isso, responderei que jámais se empregou n'outra lei esta expressão — condição servil — e que, não tendo aquelle decreto tratado de libertos, tambem não podia referir-se a esta, e como na lei se não podem suppor palavras inuteis, é de necessidade interpretar a expressão *condição servil*, como significando o grupo de individuos que aquelle decreto converteu de escravos em libertos, e que esta lei quiz, e pretendeu tornar homens livres.

E se outro tivesse sido o pensamento do legislador, difficil seria de explicar que elle, querendo acabar com a condição de liberto, se servisse, para nol-o dar a conhecer, da referencia a um decreto que não tem uma unica disposição que se refira a essa condição.

É evidente, pois, que a Lei de 29 de abril de 1875 não extinguiu totalmente a condição servil existente em Africa.

Extinguiu-a apenas para muitos e estes são os que eram escravos, e pelo decreto de 1869 foram convertidos em libertos.

Mas, se ella não extinguiu completamente a condição servil, tambem se não pôde dizer que peiorasse as condições d'aquelles que n'ella se encontravam.

Perfeitamente estranha nas suas disposições a todos os individuos que se encontravam na condição de liberto em face do decreto de 14 de dezembro de 1854 e lei de 24 de Julho de 1856, acabou para aquelles a quem se referia o decreto de 25 de fevereiro de 1869 com a condição servil, em que se encontravam, sujeitando-os a uma tutela publica, e obrigando-os em nome d'essa tutela a contratarem os seus serviços por dois annos.

E assim, quando a lei, no seu artigo 4.º, estabeleceu, para todos a quem ella se referia, indistinctamente, a obrigação de serviço por dois annos, ficando sujeitos á tutela publica, que se extinguiria de direito em 29 de Abril de 1878, evidentemente lhes não aggravou a sua sorte, porque em piores condições estavam elles, pela lei velha obrigados ao serviço até este dia.

Mas se, interpretada por esta fórma, esta lei não pôde ser incriminada, é evidente, porém, que ella não tem o alcance que se lhe pretendeu dar, e que, contra os desejos de todos, e, creio que mesmo, dos que a votaram, deixou ainda de pé para a maior parte dos individuos que n'ella se achavam, a condição servil, que todos condemnamos.

Aqui tem, pois, v. ex.ª a razão por que me desagradou sempre esta lei, e creio que a todos os meus collegas.

E, n'este ponto, somos por certo logicos, havendo dez annos que temos constantemente feito aos poderes publicos um pedido, *a liberdade para o trabalhador e a liberdade para o lavrador*. E esta lei não dava nem uma nem outra cousa.

Succederam-se depois os factos de que V. Ex.^a tem conhecimento, e o governo publicou em seguida o regulamento de 20 de dezembro preterito, em que não só applicou a lei aos individuos n'elle mencionados, mas a outros que estavam em condições inteiramente differentes.

Tambem me não agradou este regulamento, e n'este ponto, ainda, confio eu que V. Ex.^a será meu companheiro.

Estendeu esse regulamento as disposições da lei, não só aos individuos n'ella mencionados, mas a quantos se achavam na condição de liberto por virtude do decreto de 1854 e da lei de 24 de julho de 1856, e até *a todos que por qualquer modo tivessem sido introduzidos em alguma das provincias ultramarinas, com libertos, e permanecessem ainda n'essa condição.*

Ignora V. Ex.^a, talvez, que, em todas as colonias especialmente em S. Thomé, havia individuos que não estavam legalmente na condição de libertos.

A verdade, porém, é que, tal abuso era principalmente apoiado no consentimento tacito das authoridades.

E a rasão é clara.

Pela interpretação dada ao decreto de 1854, era permittida a entrada de 10 libertos em cada navio, mas só até esse numero.

Resultava d'isto que, sendo o seu preço de custo entre vinte a trinta mil réis em Angola, custavam elles pela difficuldade do transporte, cem mil réis, cada um em S. Thomé.

O grande agricultor que dispunha de mais recursos, comprava-os sem difficuldade, porque mesmo a esse preço davam grande resultado, e além de ser uma propriedade garantida pela lei, prestavam muito melhor serviço.

O pequeno agricultor, porém, que não podia despendar as sommas precisas para se fornecer dos braços de que carecia, recorria muitas vezes ao contrabando que consistia na introdução de trabalhadores naturaes do Gabão que eram transportados, em grande numero, em canoas, que pela sua estrutura facilmente se escondiam ás vistas da terra.

Não podiam porém ser registados porque não vinham acompanhados de passaporte legal. Vendidos por muito menor preço do que os vindos d'Angola, eram logo transportados para as differentes roças, onde ficavam e onde prestavam, regra geral, pessimo serviço.

Em todo o caso é importante sem duvida o numero d'estes individuos, que contra a lei estavam, ultimamente, na condição de libertos.

E, antes de mais, devo dizer a V. Ex.^a que muitas vezes a authoridade sabia como o sabiam todos, dos desembarques que se iam effectuar, e longe de os impedir, limitava-se a fingir que não tinha d'isso conhecimento.

Em todo o caso se a condição servil devia acabar para alguns, devera-o ser principalmente para estes, que contra lei, n'ella se encontravam.

Para isso, porém, não era precisó de certo que elles fossem mencionados na lei ou no regulamento, porque o mencional-os é apenas sancionar o abuso que impunemente se commetteu sempre.

Mas não é só isto.

Quer com relação a estes, quer com relação aos outros, mencionados no regulamento, era de necessidade que se não tivesse applicado indistinctamente as disposições da lei, que o regulamento, com pouco criterio, copiou sem alteração.

Estabeleceu a lei a obrigação de serviço por dois

annos para todos a quem ella dava o foro de cidadãos livres.

Não se compadece por certo esta obrigação com a liberdade que a lei dizia dar.

Em todo o caso com relação aos individuos de que trata o decreto de 1869, eu já mostrei a V. Ex.^a que era isso acceitavel, visto que obrigados estavam já elles por esse espaço de tempo e em bem peiores condições do que aquellas em que os deixava esta lei.

Mas, para os individuos que tinham sido introduzidos por contrabando, pôde-se por ventura admittir tal obrigação de serviço por dois annos como compensação d'uma liberdade de que elles, contra todas as leis divinas e humanas, tinham sido atrozmente despojados?

Está-se-me figurando V. Ex.^a, lendo este meu arazoado tão toscamente feito, e, com a lealdade que o caracteriza, responder, abandonando um instante a leitura, não, não, e não!

Pois, Ex.^{mo} Sr., ainda isto não é tudo!

Esse regulamento no art.^o 21 diz: «todos aquelles que pelo presente regulamento ficam sob a «tutella publica, se tiverem mais de sete annos de «idade, serão obrigados o contratar por si ou por «quem os represente, os seus serviços por dois annos, a contar da publicação da lei em cada uma «das provincias ultramarinas.»

Sabe V. Ex.^a que os libertos entrados na provincia ao abrigo do decreto de 1854 eram obrigados ao serviço por dez annos a contar da sua entrada na provincia.

Por outro lado os filhos de mulher escrava, tornados libertos pela lei de 24 de julho de 1856

eram obrigados ao serviço até completarem 20 annos de idade.

Temos pois, que sendo estas duas épocas variaveis de individuo para individuo, segundo o dia em que tinham entrado na provincia ou n'ella tinham nascido, acabavam uns o seu tempo de serviço amanhã, outros d'aqui a um mez, outros d'aqui a dez annos, etc.

Esses individuos, porém, sem excepção e sem attenção alguma ao tempo, porque, pela velha lei, estavam ainda obrigados ao serviço, foram todos indistinctamente obrigados pelo art.º 21 do regulamento a contratarem os seus serviços por dois annos.

D'este modo o individuo que d'aqui a um mez era, pela velha lei, cidadão livre, e, como nós, sujeito ás leis d'este paiz, passou a ser pela nova lei *obrigado* a mais dois annos de serviço!

E será isto dar a liberdade a quem d'ella estava privado? Seriam estes os desejos do parlamento portuguez que tantos exemplos tem dado ao mundo inteiro do seu muito amor pela liberdade?

Seriam estes os de V. Ex.^a a quem eu considero como a mais genuina personificação do espirito liberal portuguez?

Não se canse V. Ex.^a em dizer que não, que assaz estou eu certo d'isso!

Como eu, como nós todos, os lavradores d'Africa, V. Ex.^a queria e quer a liberdade, mas liberdade, completa para o trabalhador e lavrador.

Mas não estará então justificado o meu desamór a esse regulamento?

Acaba é verdade, com a condição servil em Africa, mas por ventura fal-o nos termos devidos?

Respeitou, como devia, os direitos que os libertos haviam adquirido pela lei velha?

Não, mil vezes não, porque para aquelles que

dentro d'um mez seriam completamente livres, de contratar ou não, os seus serviços, veio estabelecer uma tutella em virtude da qual são obrigados a mais dois annos de serviço.

Por outro lado, com relação aos lavradores, a lei assim como o regulamento estabeleceram disposições em face das quaes a sua liberdade é assás problematica.

Não me cançarei em o provar a V. Ex.^a, porque resalta esta minha affirmativa da simples leitura d'estas duas peças de lei.

Argumentou-se com o abuso, e por esta fórma estabeleceram-se uma serie de peias que hão de importar de futuro os abusos que se pretendia tolher.

É esta a lei fatal que o legislador devêra ter sempre em vista ao promulgar qualquer disposição, e infelizmente, no caso presente, com certeza não foi ella tida em conta.

Onde se devêra simplificar quanto possivel o preceito que importasse a revogação da lei commun, formulou-se apenas um compendio de disposições que, depois de muito trabalho, seriam comprehensíveis nos tempos em que existia a condição servil, mas que são completamente inaceitaveis quando se legisla para o estado de liberdade.

Quando o legislador não podia ignorar que os abusos que se teem commettido foram devidos á sua inercia deixando subsistir um estado que não satisfazia principio algum, emquanto que prejudicava a todos, é por certo menos desculpavel que o legislador como que querendo desviar o odioso d'esse estado sobre quem d'elle não tinha culpa, viesse com uma serie de disposições difficultar e tolher o uso d'um direito que a Constituição e o Codigo Civil garantem a todos nós.

E por isso se chegou a estabelecer no artigo 25.º da lei, *que os contratos de prestação de serviço fóra da respectiva provincia não seriam permittidos se se mostrar que servem para promover o trafico da escravatura!*

Por esta fórma, se amanhã, um individuo forjando documentos falsos mostrar que o seu navio está habilitado a transportar colonos, e se apresentar em algum ponto da costa a fazer um carregamento, e depois o fôr vender, não se pune só esse individuo, mas a todos nós que entregues aos labores da nossa vida nem podiamos ter evitado isso, nem nunca podemos ter responsabilidade por este facto!

Se este principio fosse verdadeiro ha muito que não haveria um direito de que fosse licito fazer uso, porque, creio, nenhum ha de que se não tenha abusado.

E, comtudo, não são esses os unicos defeitos da lei e regulamento que o sr. ministro *propoz ao parlamento que fossem postos desde já em vigor!*

Para não cançar porém a V. Ex.ª omittirei muitas outras considerações por que, com o que {fica dito, creio, que assás hei justificado a antipathia que consagro á ultima proposta, hoje lei de 3 de fevereiro.

Se a lei e o regulamento tinham, quando foram promulgados, os inconvenientes que lhes eram inherentes em face das circumstancias em que se encontrava então a provincia de S. Thomé, hoje bem maiores são elles depois que, por actos do Governador da provincia, se romperam todos os laços que conservavam disciplinada e obediente a grande massa de trabalhadores ali existente.

Depois que se declarou officialmente que a maior parte dos individuos que se conservavam nas roças,

como libertos, o não eram já e sim, cidadãos livres, e que, por outro lado, quasi todos os meus collegas renunciaram em auto publico a todos os seus direitos sobre aquelles que ainda fossem libertos, tornando-os assim egualmente homens livres, que importa pôr-se desde já em vigor a lei e o regulamento, se a condição servil já estava extincta de facto senão de direito?

Ou se tem em mente dar á lei e regulamento a execução sem sophisma, e então raro será o individuo a quem possa ser applicada, ou se ha de applicar com deslealdade, e, então, reduzir-se-ha a mais dois annos de trabalho forçado, individuos que já estão livres, e sujeitos ao direito commun.

E esta ultima hypothese será de certo a preferida pelo sr. ministro e pelas authoridades da provincia, porque de contrario mal se comprehenderia que o sr. ministro e a camara dos dignos pares não tivessem acceitado as emendas apresentadas pelo digno par o Ex.^{mo} Sr. Vaz Preto e que tinham por fim garantir o respeito pela liberdade dos que a ella tivessem já direito, e, tambem não obrigar qualquer a mais tempo de tutela do que áquelle a que, pela lei velha, estava ainda obrigado ao serviço.

Foram, porém, rejeitadas essas emendas, como o teriam sido quaesquer outras, porque importa mais para o paiz que um ministro não seja convencido d'erro, do que interessa a nós todos que a liberdade de cada um seja respeitada!

E assim foi votada esta proposta, que tem em si, apesar de conter apenas dois artigos, a prova provada do pouco cuidado com que se legisla n'este paiz.

E assim é.

No artigo 1.^o diz-se, *que é considerada extincta*

desde já a condição servil designada no decreto de 1869.

No artigo 2.º diz-se, *que ficam em pleno vigor para esses individuos todas as disposições contidas na lei e regulamento referidos.*

Temos, pois, que, sendo os individuos a que se refere o artigo 1.º aquelles, que, tendo sido *escravos*, o decreto da 1869 tornou *libertos*, só para estes acabou a condição servil.

E por esta fórma, depois de duas vezes o parlamento ter dito ao mundo inteiro que tinha acabado com a condição servil nas colonias, ficou ainda subsistindo essa condição !

E, com tudo, se a camara tivesse acceitado a emenda, apresentada pelo digno par Vaz Preto, a este artigo, e que consistia em dizer — *decretos de 1869 e 1854 e lei de 24 de julho de 1856*, ter-se-hia dito o preciso para que em face da lei a condição servil ficasse totalmente extincta.

Desagradou-me, pois, essa proposta por todos estes motivos e tambem porque, nas circumstancias actuaes, não era este o remedio exigido por ellas.

Sabe V. Ex.ª, porque já hoje não é de ninguem ignorado, que, com grave offensa das leis, mas por consentimento de quem lhe devêra ter posto cobro, muitos individuos, *mas não tantos como pretende o sr. ministro*, permaneciam na condição de *libertos*, devendo já estar na condição de liberdade.

Pela mesma fórma, em relação áquelles a quem pertencia de direito esse estado, eram desprezadas muitas das regalias que a lei lhe concedia, com igual assentimento do governo. Tinha este facto origem, como por vezes tenho feito sentir, e o confessa o governador d'aquella provincia no seu relatorio, e o confirmou o sr. ministro, quando apresentou a sua

ultima proposta de lei, no principio fatal a que não é dado fugir, de que, quando uma lei é imprevidente e absurda e não tem attenção ás circumstancias de tempo, modo e logar, é sempre sophismada e desprezada, substituindo-se a ella o arbitrio, cujas consequencias não é dado jámais calcular.

Com a legislação sobre o trabalho rural africano succedeu sempre isso.

Não houve coragem de definir nos precisos termos o trabalho forçado, ao mesmo tempo que se não teve o arrojo de decretar a liberdade completa, e, por esta fórma, nem se prestou homenagem aos principios humanitarios, nem se attenderam as conveniencias das colonias. A consequencia foi que, a lei que havia sido promulgada nos termos da constituição, substituiu-se uma praxe abuziva que offendia todos os direitos sem garantir nenhum.

Conheciam os governos que, sem matar as colonias, não podiam exigir o cumprimento rigoroso da lei.

Receiavam, por outro lado, decretar a liberdade que a opinião não authorisava ainda, e n'esta hesitação constante em que se conservaram desde 10 de dezembro de 1836, prejudicaram todos, sem beneficiar alguém.

Se, porém, os principios de prudencia justificavam esse proceder, com certeza maior era a sua necessidade quando, do cumprimento rigoroso da lei não havia, sequer, vantagem para o trabalhador, contra quem ella havia sido offendida.

E, muito principalmente, quando, tendo nós pedido durante dez annos a liberdade do trabalhador mediante a liberdade para nós, nunca conseguimos ser attendidos, como era de justiça e de direito.

E tanto isto é verdade, que o proprio governa-

dor e o sr. ministro o confessaram em documentos officiaes que já citei no *Memorandum*.

Comprehende, pois, V. Ex.^a que nas vespervas da colheita; na proximidade da extinção da condição servil; quando nada se havia feito que podésse abrandar o choque que havia de produzir o rompimento dos laços que conservavam ligados os milhares de trabalhadores que existiam n'aquella provincia; quando não se havia, sequer, facultado, como se pedia, a cada um a substituição d'esses braços, que, era de prever, abandonariam com certeza o trabalho, do momento em que os libertassem; quando se havia durante immensos annos insinuado e consentido a violação da lei; quando se havia por vezes innumeradas recusado a liberdade, que constantemente, receiosos do futuro e descontentes com o presente, nós todos sem excepção, por vezes pedimos ao governo; quando cinco mezes antes o proprio governador da provincia me não havia acceitado a liberdade da minha gente mediante a garantia do seu trabalho remunerado pelo tempo que faltava para que a lei de 29 d'abril estivesse em plena execução na provincia, e, em fim, quando o parlamento havia votado esta lei que já estava publicada na provincia e que transformando aquelle estado de cousas estaria dentro de mezes em plena execução, exigir de repente o cumprimento rigoroso da lei, que esta resolução do parlamento como que havia suspendido, e, não só isto, no meio da confusão que tal surpresa despertou, como era natural, consentir que aquelles mesmos que por lei ainda estavam obrigados a servir, abandonassem as roças, importando com a sua fuga a perda de centenaes de contos, é por certo leviandade em extremo deploravel, se não é até crime abominavel que devêra provocar da parte do governo, castigo correspondente á sua perversidade.

E, com tudo, á ordem succedeu-se a anarchia, ao trabalho a vadiagem, ao respeito pela propriedade a rapina, á tranquillidade o desassocego, á abundancia a miseria, ao movimento a estagnação, á esperanza o desespero, e nem uma voz se ergueu ainda até hoje no seio da representação nacional tomando contas ao Governo d'essa serie infinita de desgraças a que deu causa o seu delegado em S. Thomé, e que não teriam jámais occorrido, se os nossos constantes pedidos tivessem sido acceites, por quem hoje nos calumnia aos olhos do paiz e do mundo inteiro!

E, em vez d'isto, o sr. ministro, occultando a verdade ao paiz, limitou-se a pedir, como remedio unico a tantos males, e compensação devida a tão grandes perdas, a approvação d'uma proposta, (permitta-me V. Ex.^a) leviana e inepta, que o parlamento lhe votou com geral applauso!

E digo *occultando a verdade*, quando devêra dizer: *offendendo a verdade!*

Sim, excellentissimo senhor, na discussão d'essa proposta ousou o sr. ministro proferir as seguintes palavras:

«Para mostrar qual é o character dos pobres negros que estavam sujeitos ao trabalho servil, basta dizer que, tendo vindo á cidade alguns milhares d'esses homens, não houve uma só violencia, nem uma offensa houve contra os proprietarios que os tinham maltratado, e não deram motivo para nenhuma queixa, e depois de livres, todos satisfeitos e alegres de poderem conseguir a sua liberdade, correu a grande maioria d'elles logo a contratar-se para trabalharem mediante um salario extremamente modico.

«Receiava-se a vadiagem. Felizmente não se ma-

«nifestou, porque todos os negros que saíam das roças, que podiam dispor da sua individualidade e liberdade, se contratavam para trabalhar n'outra parte como homens livres que eram.»

E, n'esse mesmo dia, para que o paiz podesse apreciar a deslealdade com que muitas vezes lhe falla, quem só devera dizer-lhe a verdade, publicava o *Jornal do Commercio* o relatorio do ex.^{mo} governador do banco ultramarino, onde se encontram as seguintes palavras:

«As noticias de S. Thomé, de 31 de dezembro proximo, que tenho presentes, referem o estado de insubordinação em que se acham muitos dos ex-libertos, que abandonaram as roças a que estavam ligados, e que se contratavam nominalmente com outros patrões, porque não se entregam ao trabalho, e andam procurando no roubo dos gados e productos alimenticios das roças a sustentação, e a satisfação do vicio da embriaguez. As authoridades teem procurado reprimir esta perniciosa vadiagem, estabelecendo destacamentos de policia em varios pontos da ilha, mas esta força, composta de degradados, mal póde corresponder aos fins a que é destinada; e por isso a expedição que o governo vae mandar a S. Thomé é ali esperada com anciedade.»

Em qual dos campos está a verdade, não é sequer licito duvidar, para quantos sabem a constante maneira de proceder do digno governador do banco.

Todos sabem que s. ex.^a n'aquelle logar não faz politica, nem consentiria que os seus agentes a fizessem, compadecendo-se tão mal a politica com os interesses d'aquelle estabelecimento.

Informaram o que viram e presenciaram, e sobre

estas informações assentou o sr. governador do banco o seu relatório.

É evidente, pois, que, ou o governador de S. Thomé informou deslealmente o sr. ministro, ou que este foi menos leal para com a camara e o paiz, que o ouviram.

A historia dirá um dia quem faltou n'este ponto ao seu dever.

Que o sr. ministro o não cumpriu, porém, provam-o assaz a total carencia de medidas que atenuem o mal presente e evitem o mal futuro que todos prevemos.

Era necessaria a liberdade, sujeitando o trabalhador e o lavrador ao imperio da constituição e mais leis do paiz, e em vez d'isso deu-nos uma lei que prolonga o trabalho forçado e que, erigida de peias que tornam dependentes do capricho das authoridades os direitos dos lavradores, ha-de ser sempre fal-seada, como o foram até hoje todas as outras leis sobre o trabalho.

Era necessario um governador estranho a todas as luctas e odios que as perdas enormissimas que temos soffrido teem fatalmente despertado, e que, dotado d'essa qualidade tão rara, por força da qual se encaminham sem conflicto ao mesmo fim os esforços de elementos os mais heterogeneos, conseguisse levar a ordem e a confiança ao seio d'uma população onde a authoridade, sem prestigio nem força, é apenas objecto d'odio por parte dos lavradores e de desprezo por parte dos trabalhadores, e, em vez d'isso, conserva e conservará emquanto V. Ex.^a e o parlamento não obstarem a este desatino, o homem que hoje se encontra á testa d'aquella provincia, e que, para se vingar de nós, não duvidou entregar aquella colonia aos azares da anarchia.

E, longe de se fazer tudo isto, desfiguram-se os

factos, occultam-se as informações, e conservando-se o paiz, ignorante dos males que estão affligindo aquella colonia, apresentam-nos ainda para complemento de tanta deslealdade, como sendo nós, que vemos as nossas fazendas entregues á rapina, as nossas colheitas irremediavelmente perdidas, as nossas fortunas n'um risco que não é dado calcular, as nossas vidas dependentes da faca do liberto, e a nossa honra dependente da palavra d'um ministro, aquelles a quem cabe a responsabilidade de acontecimentos que durante dez annos procuramos constantemente evitar e que o governo jámais tratou de prevenir.

Aqui tem V. Ex.^a a rasão por que me desagradou a proposta que o parlamento votou.

Queríamos e pedimos a liberdade, e em vez d'isso deram-nos o que V. Ex.^a viu, e que será tudo, menos o que devia de ser.

Deixaram-se inspirar das calumnias que contra o lavrador, que nunca soube defender-se, foram assacadas por quantos ignoravam o que se passava n'aquellas paragens, e, condemnando-nos sem que fossem ouvidos, fizeram uma legislação toda d'odio e desconfiança, contra quem, pelo bom senso que dá o proprio interesse, se apresentou constantemente com a maior abnegação.

E, por esta fórma, se fez uma lei que, com o character de interinidade, de que está revestida, e a desconfiança de que se acha impregnada, será sempre uma fonte d'abusos que alimentará constantemente a incerteza que obsta a toda a empresa productiva.

E, por isso, a crise não será momentanea, e sim constante e continuada, até que, o legislador comprehendendo a situação e os verdadeiros interesses das colonias e convencido da sua força quando as

suas disposições são filhas da prudencia, do saber e do tino politico que é de necessidade, sem odio nem desconfianças, decrete por uma vez para as colonias a liberdade que a carta outhorgou, e á sombra da qual será sempre possivel o progresso e a justiça.

Não sei quanto distará de nós esse dia, sei, porém, que muito coopéro eu para que elle se avisinhe, se, pelo que deixo dito, tiver conseguido a favor da nossa causa, a valiosissima coadjuvação de quem pelo seu muito saber e amor patrio soube occupar um dos mais distinctos logares no parlamento e na imprensa d'este paiz.

Sou de V. Ex.^a com a mais profunda consideração e respeito.

Cr.^o m.^{to} att.^{to} e admirador.

O representante e gerente da sociedade Agua-Izê

Jacinto Carneiro de Sousa e Almeida.

Lisboa 13 de Fevereiro de 1876.